

ANEXO IV

TERMO DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

MUNICÍPIO DE GUARATUBA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XX/20XX
(Processo Administrativo nº 6333/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/20XX, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GUARATUBA E (NOME
EMPRESA).

O MUNICÍPIO DE GUARATUBA com sede na Rua Dr. João Cândido, nº 380, Centro, na cidade de Guaratuba/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.017.474/0001-08, neste ato representado pelo Srº Prefeito, Mauricio Lense, portador do CPF nº 514.515.499-20, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em, telefone XXXXXX, e-mail, doravante designado CONTRATADA, neste ato representado(a) por (nome e função na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 6333/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do processo de Concorrência Eletrônica nº XX/20XX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à construção de uma Creche Tipo II – Proinfância, conforme projeto padrão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a ser implantada em área de 775,85 m² (setecentos e setenta e cinco metros quadrados e oitenta e cinco centésimos), localizada no bairro Canela, junto ao Complexo Esportivo, no Município de Guaratuba/PR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Marca/ Modelo	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$

1.3. O critério de julgamento é menor preço. O regime de execução do objeto será empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato, contados a partir da data da assinatura, será de 18 (meses), e poderá ser prorrogado, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, desde que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração

2.2. O prazo para início da obra será de até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço;

2.3. O prazo de execução do objeto será de 08 (oito) meses, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço;

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento a contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REVISÃO E REAJUSTE

7.1. DA REVISÃO:

7.1.1. Revisão contratual não se aplica neste caso, por se tratar de obra de engenharia;

7.2. DO REAJUSTE:

7.2.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante toda a vigência do contrato, em razão de se tratar de contratação vinculada a convênio firmado com o FNDE, observadas as condições estabelecidas no plano de trabalho aprovado.

7.2.2. Não será admitido reajuste, repactuação ou qualquer forma de atualização de valores, tendo em vista as regras específicas do convênio, salvo se houver autorização expressa do órgão concedente e disponibilidade orçamentária específica.

7.2.3. Eventuais alterações de valores somente poderão ocorrer mediante autorização formal do FNDE e celebração de termo aditivo, nos termos da legislação vigente.

7.2.4. Na hipótese excepcional de autorização do órgão concedente para aplicação de reajuste, este deverá observar o índice e os critérios por ele definidos, não sendo aplicável automaticamente qualquer índice previsto pela Administração.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar a obra em conformidade com os projetos executivos, memorial descritivo, especificações técnicas, normas vigentes e prazos estabelecidos no edital e seus anexos, garantindo a entrega final da construção em perfeitas condições de uso, segurança e qualidade.

- 9.2.** Responsabilizar-se por eventuais vícios, falhas técnicas ou danos decorrentes da execução dos serviços, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990) e da legislação específica aplicável às obras públicas;
- 9.3.** Corrigir, reparar ou refazer, às suas expensas e dentro do prazo estabelecido pela Administração, qualquer etapa ou serviço da obra que apresente irregularidades, vícios ou que estejam em desconformidade com os projetos e normas;
- 9.4.** Comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para execução de etapa programada, qualquer impedimento que possa comprometer o cronograma, apresentando justificativas e documentação comprobatória;
- 9.5.** Indicar preposto responsável pela interlocução com a Administração, bem como garantir comunicação contínua e transparente durante toda a execução contratual;
- 9.6.** Manter, durante toda a vigência contratual, a regularidade de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente as de ordem técnica e econômico-financeira;
- 9.7.** Arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento dos insumos, etapas ou quantitativos constantes de sua proposta, devendo garantir a integral execução do objeto contratado, exceto nos casos em que ocorrer alteração formal do projeto ou das especificações pela Administração, paralisação por interesse do contratante ou ajustes legais previstos nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.8.** Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não havendo qualquer vínculo empregatício entre a Administração e os empregados da contratada;
- 9.9.** Garantir o cumprimento das normas de segurança do trabalho, inclusive com fornecimento e uso obrigatório de EPIs e EPCs, bem como adoção de medidas de proteção no canteiro de obras;
- 9.10.** Providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/CAU, referente à execução da obra, antes do início dos serviços;
- 9.11.** Manter o canteiro de obras organizado, limpo e seguro durante toda a execução, realizando a correta destinação dos resíduos gerados, conforme legislação ambiental vigente;
- 9.12.** Permitir e facilitar o acesso da fiscalização da Administração, fornecendo todas as informações e documentos necessários ao acompanhamento da execução contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

10.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 8% do valor contratual, conforme regras previstas no instrumento contratual.

10.2. 4.4.1.1 Percentual superior ao previsto como regra geral no art. 98 da Lei nº 14.133/2021 justifica-se em razão da complexidade técnica da obra de construção da Creche II Proinfância, do vulto do empreendimento, da necessidade de assegurar a conclusão integral do empreendimento e da importância de resguardar o investimento público já realizado, garantindo maior segurança e continuidade na execução contratual conforme fundamentação constante no Estudo Técnico Preliminar.

10.3. 4.4.2. No caso de opção pela modalidade seguro-garantia, a adjudicatária deverá apresentá-la até a data de assinatura do contrato.

10.4. 4.4.3. A garantia, nas modalidades caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública e fiança bancária, deverá ser prestada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Regulamentador, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- R\$ 3.907.712,05 referentes aos itens financiáveis com recursos do FNDE: Red. 377 - 06.002.12.365.0006.2017.4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações, Fonte 1072;

- R\$ 313.757,17 correspondentes aos itens não financiáveis, de responsabilidade como contrapartida do Município de Guaratuba: Red. 377- 06.002.12.365.0006.2017.4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações, Fonte 104.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. A contratada é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaratuba/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Guaratuba/PR, XX de de 20XX

MUNICÍPIO DE GUARATUBA
Mauricio Lense
Matrícula 158651
Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
Evani Cordeiro Justus
Matrícula 158631
Secretária

(NOME DA EMPRESA)
Nome representante legal
CPF nº XXXXX
Representante legal